



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

ASSEMBLEIA DO POVO

# DISCURSO

DO CAMARADA PRESIDENTE  
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS  
NA ABERTURA  
DA XI SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA DO POVO

LUANDA, 02-04-92

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

ASSEMBLEIA DO POVO

## **DISCURSO**

DO CAMARADA PRESIDENTE  
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS  
NA ABERTURA  
DA XI SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA DO POVO

LUANDA, 02-04-92

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

LUCIO LARA

**SENHORES DEPUTADOS  
EXCELÊNCIAS**

Vamos hoje finalmente analisar e aprovar as leis que deverão regular o processo eleitoral, dando assim mais um importante passo no sentido da consolidação da Paz e do processo democrático. Tínhamos a intenção de realizar esta tarefa no início do mês de Janeiro, mas, em conformidade com os Acordos de Paz assinados em Bicesse, tivemos de fazer primeiro a auscultação da sociedade civil e das forças políticas

nacionais sobre o seu conteúdo e intenções.

Iniciámos essa consulta com uma sessão do Conselho da República, na qual prestigiosas personalidades ligadas à vida cultural, artística e política e à autoridade tradicional puderam abertamente expressar as suas opiniões, que reflectem sempre as preocupações dominantes nos mais variados sectores da nossa sociedade.

Posteriormente, o diálogo alargou-se a mais de duas dezenas de formações políticas no quadro da primeira reunião multipartidária entre o Governo e as formações políticas nacionais. Também aí o nível dos debates foi elevado e se registaram importantes contribuições para o aperfeiçoamento de todos os projectos de leis.

Finalmente, e uma vez que essa organização se havia recusado a participar com as suas congéneres na reunião multipartidária, a Unita também foi ouvida em encontros bilaterais, que acabaram por estabelecer o indispensável consenso para a redacção final das leis que são submetidas à aprovação desta augusta assembleia.

Isto acontece a menos de seis meses das primeiras eleições multipartidárias a realizar no nosso País sob supervisão internacional. O espaço de tempo que ainda resta é cada vez mais curto e o atraso que se verifica hoje deve ser imputado fundamentalmente às formações políticas nacionais, que tornaram o processo de consultas excessivamente moroso. Tudo deve ser feito agora para que não se perca mais tempo.

Neste período o Governo tem de assegurar a ordem e tranquilidade e garantir o cumprimento destas e de outras leis, para que os angolanos possam realmente decidir em consciência e liberdade sobre o seu destino nas próximas eleições.

Estão ainda por cumprir neste momento importantes cláusulas dos Acordos de Paz, nomeadamente as que estabelecem a obrigatoriedade da livre circulação de pessoas e bens e a extensão da administração do Estado a todo o território nacional.

Esta é uma exigência maior, que preocupa não só o Governo mas também todas as formações políticas que até hoje foram impedidas pelas ameaças, pelas intimidações ou mesmo pela violência directa de entrar livre-

mente nas zonas que a Unita insiste em manter sob a sua autoridade, violando assim os Acordos de Bicesse.

As revelações que de tempos a tempos são feitas, por quadros e altos dirigentes que se distanciaram da direcção dessa organização, sobre o que realmente se passa nessas áreas, agravam a nossa preocupação, pois já não faz qualquer sentido que em tempo de paz cidadãos angolanos estejam a ser arbitrariamente privados de liberdade e direitos fundamentais que a nossa Constituição e os próprios Acordos de Bicesse garantem.

Os actos de violência bárbara e gratuita praticados por militantes da Unita mesmo nas áreas sob controlo do Governo podem ser indicativos dos níveis de violação dos direitos do homem nas

áreas sob controlo ilegal daquela organização. Enquanto não se puser cobro a esta situação nós continuaremos a denunciar esses actos de intimidação e violência contra cidadãos indefesos, responsabilizando o chefe da Unita pelas graves consequências que daí possam advir.

Todos os angolanos e a opinião pública internacional são testemunhas do tremendo esforço que o Governo tem feito para não ripostar às constantes provocações e desmandos e para não deixar resvalar o actual processo político para um clima de caos e intolerância. Enquanto garante dos Acordos de Paz, o Governo angolano tem conseguido cultivar e manter uma postura serena, responsável e apaziguadora, que não tem nada a ver com qualquer fraqueza moral ou física.

Só nestas condições tem sido possível dar passos significativos no processo de pacificação e democratização, e não é de estranhar que seja precisamente o aprofundar e consolidar deste processo que esteja na origem da grande crise interna que parece estar a viver o nosso parceiro directo em Bicesse.

Incapaz de se adaptar à nova realidade de paz, a Unita, sob o comando autocrático do seu chefe, continua a adoptar uma postura militarista e autoritária que está em contradição com a abertura e a transparência do nosso processo democrático.

Devemos apelar e convencer os militantes e simpatizantes da Unita a abandonar os seus velhos métodos de acção e a envolverem-se com honestidade, patriotismo e espírito de recon-

ciliação nacional no jogo político e democrático com transparência e tolerância, respeitando as ideias e opiniões dos outros.

Hoje abre-se uma nova fase do nosso processo político com a aprovação pelos senhores deputados de toda a legislação eleitoral, que irá definir as formas de registo dos eleitores, a observação internacional das eleições, a simultaneidade ou não das eleições presidenciais e legislativas, os mecanismos do voto, as condições de inscrição e registo das novas formações políticas, etc., etc..

Este é, pois, um momento decisivo em que todos os cidadãos comuns e as forças políticas devem adoptar uma atitude responsável e consequente que corresponda ao superior interesse do Povo e da Nação. Temos

de recuperar uma parte do tempo perdido, porque há ainda ingentes tarefas por levar a cabo, para que o regime democrático multipartidário se instale realmente no nosso País com a realização das primeiras eleições que pretendo convocar para os dias 29 e 30 de Setembro de 1992.

É com agrado que constato que o nosso Povo tem sabido até aqui revelar um elevado espírito de patriotismo e de confiança nas instituições, apesar dos incidentes acima referidos e das gritantes carências que se continuam a registar no seu quotidiano.

São conhecidos os elevados gastos que resultam do processo eleitoral, da desmobilização dos efectivos militares e da sua reinserção na vida civil, da formação do Exército Nacional único e

de outras tarefas obrigatórias desta fase do nosso processo político. Mas, mesmo assim, o Governo tem-se esforçado por continuar a dar satisfação mínima às necessidades imediatas das populações, atenuando o impacto negativo das medidas macro-económicas que tem vindo a tomar para a resolução global, a longo prazo, dos problemas do País.

Creio que é por compreender perfeitamente esse duplo esforço que o nosso Povo tem correspondido, demonstrando o seu alto sentido de responsabilidade, que é de realçar num continente como o nosso onde se forjam artificialmente convulsões com base na exploração dos sentimentos primários do tribalismo e do racismo, e do obscurantismo.

Tudo isso reforça a nossa confiança de que o período que nos separa das eleições poderá decorrer sem grandes sobressaltos, num clima de paz, tolerância e respeito pelo outro, independentemente das filiações político-partidárias ou das opções socio-económicas de cada um.

O momento exige a colaboração de todos sem excepção nas tarefas necessárias à preparação das eleições, para que estas sejam verdadeiramente isentas e os seus resultados aceitáveis por todos. Por isso será necessário pôr de parte as divergências e rancores do passado, o espírito revanquista, para coincidirmos na procura das soluções mais ajustadas para os graves problemas do País, sem demagogia nem oportunismo, para juntos reconstruirmos e desenvolvermos Angola.

Nos próximos meses vão acentuar-se entre nós os debates de ideias, as lutas políticas, o confronto de programas e projectos, os choques de personalidades e ambições pessoais, a exploração das contradições e fraquezas de cada um.

Penso que saberemos ser dignos desta maravilhosa época de abertura e democracia para a qual todos colaboramos e demos o melhor de nós mesmos, se soubermos reforçar a nossa unidade na diferença e dar mais ênfase ao que nos une, em vez de exacerbarmos o que nos separa.

É Angola, a Angola que todos temos no coração, que está em causa. O futuro das novas gerações e o futuro da Nação estão hoje nas mãos de todos nós. Da justeza dos nossos actos, da verdade dos nossos sentimentos

**e da nossa fé na capacidade do homem se transformar e se reconciliar consigo próprio e com os seus semelhantes dependerá o futuro do nosso belo País.**

**Saibamos todos ser os seus dignos filhos nesta hora de mudança e renovação.**

**DECLARO ABERTA ESTA SESSÃO  
DA ASSEMBLEIA DO POVO.**



EXECUÇÃO GRÁFICA.

**LITO-TIPO, LDA.**

RUA 1.º CONGRESSO DO MELA, 39  
LUANDA — REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

BA-09 - C18  
1895





D1895  
BA-0A